



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria Geral de Controle Externo- SGCE

Coordenadoria Especializada em Atos de Pessoal

DADOS DO PROCESSO

| | |
|-----------------------------------|--|
| PROCESSO: | 02326-21/2021/TCE-RO |
| UNIDADE JURISDICIONADA: | Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - IPERON |
| ASSUNTO: | Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição (proventos integrais e paritários) |
| ATO CONCESSÓRIO: | Portaria presidência n. 240/2018, publicada no DJE n.044 de 08.03.2018, ratificado pelo ato concessório de aposentadoria n. 1.024 de 03.09.2019 (pág. 1/3 - ID1120452) |
| FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: | Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e Lei Complementar nº 432/2008. |
| DATA DA PUBLICAÇÃO DO ATO: | D.O.E nº 166, de 05.09.2019, com efeitos retroativos a publicação da portaria nº 240/2018, no DJE n. 044 de 08.03.2018 (pág. 2 e 3 - ID1120452) |
| VALOR DO BENEFÍCIO: | R\$ 7.760,45 (pág. 4/5 – ID1120455) |
| NOME DA SERVIDORA: | Lucimere Pianissoli Almeida |
| MATRÍCULA: | 0033448 (pág. 1 – ID1120452) |
| CARGO: | Técnico Judiciário, nível médio, padrão 25, com carga horária de 40 horas semanais (pág. 1 – ID1120452) |
| CPF: | 190.755.962-00 (pág. 1 – ID1120459) |
| REGIME JURÍDICO: | Estatutário (pág. 1 – ID1120459) |
| DATA DE INGRESSO: | 01.08.1983 (pág. 2 – ID1120459) |
| DATA DE NASCIMENTO: | 23.07.1965 (pág. 1 – ID1120459) |
| SEXO: | Feminino (pág. 1 – ID1120459) |
| ADMISSÃO POR CONCURSO: | Não (pág. 2 – ID1120459) |
| RELATOR: | Conselheiro Substituto Omar Pires Dias |

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Versam os autos acerca da aposentadoria voluntária, concedida à interessada, conforme dados em epígrafe, encaminhados a esta unidade técnica para instrução.

2. O presente relatório resulta da competência estatuída no art. 3º, inciso VIII, da Resolução Administrativa nº 005/1996 (RITCE/RO) e art. 1º, inciso V, da Lei Complementar nº 154/1996.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria Geral de Controle Externo- SGCE

Coordenadoria Especializada em Atos de Pessoal

2. ANÁLISE TÉCNICA

2.1 Documentos que devem ser digitalizados e enviados ao TCE/RO

3. O art. 2º, §1º da Instrução Normativa nº 50/2017 determina o envio dos seguintes documentos:

| Item | Tipo de Documento | Sim | Não | Págs. |
|------|---|-----|-----|--------------------------------------|
| I | Ato concessório do benefício, ato de cancelamento ou ato retificador e seus respectivos comprovantes de publicação; | X | | 1/3 ID1120452 |
| II | Certidão de tempo de serviço/contribuição; | X | | 1/6 ID1120453 |
| III | Laudo médico oficial ou seu extrato, em que constem a natureza da moléstia grave, contagiosa ou incurável especificada em lei, ou que a invalidez foi motivada por moléstia profissional ou acidente em serviço, a data da inspeção, CID, CRM, assinatura da junta médica ou do médico perito e indicação se os proventos serão integrais ou proporcionais; | | N/A | |
| V | Demonstrativo de pagamento relativo à última remuneração percebida e ao primeiro benefício de aposentadoria | X | | 1/3 ID1120454 4/6 ID1120455 |
| IX | Avaliação médica e funcional, na hipótese de concessão de aposentadoria especial a servidor público portador de deficiência; | - | - | - |
| X | Na hipótese de concessão de aposentadoria especial a servidor público que exerce atividades sob condições especiais prejudiciais à saúde ou à integridade física: | | N/A | |
| a) | Formulário de informações sobre atividades exercidas em condições | - | - | - |



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria Geral de Controle Externo- SGCE
Coordenadoria Especializada em Atos de Pessoal

| | | | | |
|------|--|---|---|---|
| | especiais (perfil profissiográfico previdenciário); | | | |
| b) | Laudo técnico de condições ambientais do trabalho (LTCAT) ou outro documento hábil a substituí-lo; | - | - | - |
| c) | Parecer da perícia médica; | - | - | - |
| XI | Termo de opção do servidor pela regra de aposentadoria voluntária que melhor lhe convier quando preencher mais de uma regra de inativação | - | X | - |
| XII | Na aposentadoria de professores, documentação que comprove o tempo de efetivo exercício exclusivo no magistério (educação infantil, ensino fundamental e médio), ou nas funções de direção, coordenação e assessoramento pedagógico em estabelecimentos de ensino básico (ADI n. 3.772/DF), para obter a redução de 5 (cinco) anos nos requisitos de idade e de tempo de contribuição, na forma do art. 40, §5º, da Constituição da República Federativa do Brasil | - | - | - |
| XIII | Outros documentos hábeis a comprovar a situação jurídica declarada no FISCAP e requisitada pelo Tribunal. | - | - | - |

4. Realizada a aferição documental constatou-se o envio de todos os documentos exigidos pela IN nº 50/2017, exceto o termo de opção da servidora pela regra de aposentadoria voluntária que melhor lhe convier quando preencher mais de uma regra de inativação. Contudo, tal fato não obsta o prosseguimento da análise técnica, conforme será observado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria Geral de Controle Externo- SGCE
Coordenadoria Especializada em Atos de Pessoal

2.2. Do tempo de serviço

| Tempo apurado pelo SICAP WEB | Tempo apurado pelo órgão concedente | Aferição |
|--|--|----------|
| 13.452 dias, ou seja, 36 anos, 10 meses e 12 dias ¹ . | 13.456 dias, ou seja, 36 anos, 10 meses e 16 dias ² . | η |

(✓) Confere (η) Não confere

5. A divergência encontrada entre a apuração de tempo efetuada por esta unidade técnica, utilizando o SICAP WEB, e pela Secretaria de Gestão de Pessoas do TJ/RO (págs. 2/4 – ID1120453) é de **04** (quatro) dias. Contudo, a divergência pontuada é insuficiente para macular o direito da servidora, conforme será visto a seguir.

2.3 Da fundamentação legal

| Item | Fundamentação | Base de cálculo | Aferição |
|------|---|--|----------|
| 01 | Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e Lei Complementar nº 432/2008. | Proventos integrais, de acordo com a última remuneração e com paridade | ✓ |

(✓) Confere (η) Não confere

6. Em que pese a ausência da inclusão dos incisos I, II, III, do art. 3º da EC nº 47/2005, os quais detalham os requisitos necessários à aposentadoria com base na regra estatuída nesse dispositivo legal, entende-se tratar de um erro formal insuficiente para ensejar prejuízo à concessão do benefício pleiteado.

2.4. Dos proventos

| Base de cálculo | Valor | Aferição |
|---|-------------------------------------|----------|
| Proventos integrais, de acordo com a última remuneração contributiva e com paridade | R\$ 7.760,45 (pág. 4/5 – ID1120455) | ✓ |

(✓) Confere (η) Não confere

¹ Tempo computado até o dia anterior à data prevista na portaria presidência n.240/2018 (pág. 1/3 – ID1120452).

² Conforme Certidão de págs. 2/4 – ID1120453.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria Geral de Controle Externo- SGCE

Coordenadoria Especializada em Atos de Pessoal

7. Verifica-se que o demonstrativo do primeiro benefício da inatividade (pág. 6 - ID1120455), diverge do valor informado na **planilha de maio de 2019** (pág. 4/5 - ID1120455), tal fato se deve aos reajustes concedidos pela **Lei n. 4.292/2018** na ordem de 2,5% a contar de 01.06.2018 e 1,5% a contar de 01.10.2018, de forma que os proventos da inatividade passaram a compreender o valor de **R\$ 7.760,45** (sete mil, seiscentos e sessenta reais e quarenta e cinco centavos).

8. Assim, verifica-se que os proventos estão sendo calculados corretamente de acordo com a fundamentação legal que baseou a concessão do benefício, inexistindo irregularidades na sua concessão

9. Por fim, quanto à composição dos proventos a análise está postergada para inspeções e auditorias a serem realizadas em folha de pagamento, consoante os termos do item 1.1, “a”, da Ata de Reunião de Trabalho, realizada no dia 10.2.2006.

3. CONCLUSÃO

10. Analisando os documentos que instruem os autos constata-se que a Senhora **Lucimere Pianissoli Almeida** faz jus a aposentadoria, com proventos integrais, de acordo com a última remuneração contributiva e com paridade, nos termos do Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e Lei Complementar nº 432/2008.

4. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

11. Por todo o exposto, propõe-se seja o ato considerado **APTO** a registro, nos termos delineados na alínea “b”, do inciso III, do art. 49, da Constituição do Estado de Rondônia, c/c o inciso II, do art. 37, da Lei Complementar nº 154/96 e inciso II, do art. 54 do Regimento Interno, desta Corte de Contas.

12. Desta feita, submete-se o presente relatório ao excelentíssimo relator, para sua superior apreciação e deliberação que julgar adequada.

Porto Velho, 22 de novembro de 2021.

Michel Leite Nunes Ramalho

Coordenador da Coordenadoria Especializada em Atos de Pessoal
Cadastro 406

Em, 22 de Novembro de 2021



MICHEL LEITE NUNES RAMALHO
Mat. 406
COORDENADOR DA COORDENADORIA
ESPECIALIZADA DE CONTROLE
EXTERNO 4